

Programa
Finanças Públicas
2.º Ano – Turmas A/B/Noite Ano
Lectivo 2012/2013

Professor Doutor Eduardo Paz Ferreira

Introdução

I. Aspectos gerais

1. As Finanças Públicas. Questões de ordem geral
2. Fixação de terminologia (Direito Financeiro, Economia Pública, Economia Financeira, Contabilidade Pública, Políticas Financeiras)
3. A tradição de ensino das finanças públicas. Ideias gerais
4. Questões metodológicas
 - 4.1. As Finanças Públicas na convergência da economia pública e do direito financeiro
 - 4.2. As ciências auxiliares
5. Finanças Públicas e Ética Política

II. As Instituições Financeiras

1. Da noção de instituição financeira
2. Os agentes financeiros
 - 2.1. O Parlamento
 - 2.2. O Governo
 - 2.3. A Administração Pública
 - 2.4. Outros agentes financeiros
 - 2.4.1. Primeira aproximação aos vários subsectores
 - 2.4.1.1. .1. A Administração Autónoma
 - 2.4.1.2. .2. A Segurança Social
 - 2.4.1.3. As Regiões Autónomas
 - 2.4.1.4. As Autarquias Locais
 - 2.4.1.5.0 sector empresarial do Estado
3. Os Tribunais financeiros
4. As instituições de enquadramento
 - 4.1. O Orçamento do Estado (remissão)
 - 4.2. O Património do Estado
 - 4.3. O Tesouro

III. O Direito Financeiro

1. Noção de direito financeiro
2. A autonomia do direito financeiro
 1. O direito financeiro em perspectiva histórica
 2. Divisões do Direito Financeiro
5. Relações com outros ramos do direito
6. Direito Financeiro e Direito Fiscal
7. Os novos rumos do Direito Financeiro
8. A Constituição Financeira Portuguesa
 - 8.1. A Constituição Financeira formal
 - 8.2. A Constituição Financeira material

IV. Introdução à economia pública

1. As origens da expressão economia pública
2. A intervenção do Estado na Economia
 - 2.1. As razões da intervenção do Estado segundo Musgrave
 - 2.1.1. A função de afectação
 - 2.1.2. A função de redistribuição
 - 2.1.3. A função de estabilização económica
 - 2.1.4. Desenvolvimentos e aperfeiçoamentos do esquema tripartido de Musgrave
 3. Os bens públicos como centro da actividade económica do Estado
 - 3.1. Características dos bens públicos
 - 3.2. Forma de provisão de bens públicos
 - 3.3. As externalidades
4. A public choice
5. A nova macro-economia clássica

V. Aspectos gerais da decisão financeira

1. Razões da autonomização
2. Os problemas económicos da decisão financeira
 - 2.1. Dimensão do Estado, prioridades de actuação. Relacionamento com o sector privado
 - 2.2. A tentativa de racionalização da decisão financeira
 - 2.3. A economia do bem-estar
 - 2.4. As aproximações normativas. De Pareto a Rawls e Nozick
3. A decisão financeira como uma decisão colectiva
4. A impossibilidade de encontrar uma solução através dos mecanismos de voto
 - 4.1. Wicksell e a regra da unanimidade
 - 4.2. A solução Lindhal
 - 4.3. O teorema da impossibilidade de Arrow

5. Problemas da decisão financeira: a public choice
- 5.1. O papel dos políticos
- 5.2. O papel dos burocratas
- 5.3. Os grupos de interesse
6. O constitucionalismo económico
7. Regras escritas versus poder descricionário

VI. O quadro espacial da decisão financeira

1. Desconcentração e Descentralização Financeira
- 1.1. O Estado agente tradicional da decisão financeira
- 1.2. A emergência de novos agentes de decisão financeira
- 1.3. A descentralização financeira e o fiscal federalism
- 1.3.1. Objectivos, modalidades e instrumentos
- 1.3.2. A experiência portuguesa. Um federalismo financeiro parcial e incompleto
- 1.3.3. Descentralização da despesa
- 1.3.4. Descentralização da receita
- 1.4. Os problemas de coordenação dos vários agentes de decisão 2.Finanças Internacionais e Comunitárias
- 2.1. Finanças supra-nacionais
- 2.2. Os bens públicos globais
- 2.3. As finanças da Comunidade Europeia
- 2.4. Finanças comunitárias e finanças estaduais
- 2.5. O Tratado de Maastricht e o Pacto de Estabilidade
- 2.6. A aplicação do Pacto
- 2.7. A margem de manobra financeira dos Estados

Parte I

As Despesas e as Receitas

Capítulo I Despesas Públicas

1. Noção de despesa pública
2. Classificação e tipologia das despesas públicas
3. Aspectos políticos da despesa pública
4. Aspectos económicos da despesa pública. Remissão
5. Aspectos jurídicos da despesa pública. Remissão
6. Tendências históricas da despesa pública
- 6.1. A lei de Wagner
- 6.2. A contestação da lei de Wagner
- 6.3. Aumento real e aumento aparente da despesa

7. A Despesa Pública em Portugal
- 7.1. A estrutura da despesa
- 7.2. Comparações internacionais

Capítulo II

Receitas Tributárias

Secção I

Impostos e demais figuras tributárias

1. O Estado Fiscal
2. As receitas tributárias e a sua importância no financiamento público
3. Modalidades de receitas tributárias
- 3.1. Os impostos
- 3.2. As taxas
- 3.3. As contribuições especiais
- 3.4. Dificuldades da construção de um regime jurídico unificado dos tributos
4. A problemática actual das taxas
5. A influência comunitária na caracterização da taxa
6. Classificações de impostos

Secção II Sistemas

Fiscais

1. A Noção de Sistema Fiscal e suas diversas acepções
2. Tipologia dos sistemas fiscais
3. A ideia de Sistema Fiscal Ideal
- 3.1. Princípios inspiradores do sistema fiscal
- 3.2. Breve excuro histórico
- 3.2.1. Justiça
- 3.2.2. Eficiência
- 3.2.3. Transparência
4. Do princípio da justiça em especial
- 4.1. Diferentes concepções de justiça
- 4.2. O princípio do benefício e o da capacidade contributiva
- 4.3. A tributação do rendimento
- 4.4. A tributação do consumo
- 4.5. A tributação do património
- 4.6. A generalidade e igualdade
- 4.7. As dificuldades de concretização
5. Do princípio da eficiência
- 5.1. Eficiência na óptica da receita
- 5.2. Eficiência na óptica económica
- 5.3. A curva de Laffer

6. Eficiência na óptica social
7. O Sistema Fiscal Português. Breve análise e remissão

Secção III

A Constituição Fiscal

1. A Constituição Fiscal
2. Constituição Fiscal na teoria e na prática
3. A Constituição formal
 - 3.1. O princípio da legalidade
 - 3.2. Concepção inicial
 - 3.3. Evoluções posteriores
4. Princípio da legalidade e erosão da soberania fiscal. Primeiras noções
5. Os contratos fiscais
6. A irretroactividade fiscal
7. A anualidade
8. Constituição material. Aspectos essenciais
9. Do princípio da igualdade em especial
 - 9.1. Igualdade horizontal e igualdade vertical
 - 9.2. Os benefícios fiscais
 - 9.3. O princípio da justiça
 - 9.4. O princípio da eficiência
10. A tributação do rendimento
11. A tributação do consumo
12. A tributação do património
13. A fiscalidade infra-estadual
14. A fiscalidade local
15. A fiscalidade regional
16. A Constituição Fiscal e a Constituição Fiscal Comunitária
 - 16.1. Harmonização comunitária
 - 16.2. Concorrência fiscal prejudicial
17. Outras condicionantes da Constituição Fiscal
18. Aspectos internacionais da fiscalidade

Capítulo III

Dívida Pública

1. Fixação terminológica e opção pelo conceito de dívida pública
2. Os grandes problemas da dívida pública
3. Efeitos económicos, políticos e sociais da dívida pública
4. A questão do ónus intergeracional em especial
5. Dívida Pública e Redistribuição de Riqueza
6. Dívida Pública e Ilusão Financeira
7. Breve Referência histórica

8. A dívida pública na Constituição de 1976
 - 8.1. Os poderes da Assembleia, do Governo e do Instituto de Gestão do Crédito Público
 - 8.2. A dívida pública na prática
9. O novo regime jurídico da dívida pública
10. Natureza jurídica do contrato de empréstimo público
11. A gestão da dívida pública
 - 11.1. Órgãos
 - 11.2. Princípios
 - 11.3. Do Instituto de Gestão do Crédito Público em especial
12. Modalidades de empréstimos públicos
13. Empréstimos públicos e valores mobiliários
14. A evolução da dívida pública e a União Económica e Monetária
15. O regime de concessão de garantias pessoais pelo Estado

Capítulo IV

Receitas Patrimoniais e outras

1. Breves noções sobre o património do Estado
2. O património do Estado numa perspectiva administrativista e numa financeira
3. O património do Estado e a satisfação de necessidades públicas
4. As receitas patrimoniais. Breve descrição
5. Das receitas das privatizações em especial
 - 5.1. Regime jurídico
 - 5.2. Efeitos
 - 5.3. Modalidades
 - 5.4. Balanço do processo de privatizações
6. Outras receitas
7. Das transferências em especial
 - 7.1. Transferências internas
 - 7.2. Transferências da União Europeia

Parte II

O Orçamento do Estado em Especial

Capítulo I

Noções Introdutórias

1. O Orçamento do Estado
2. Orçamento e figuras afins
3. Aspectos históricos do Orçamento
 - 3.1. A evolução da instituição orçamental em Portugal
 - 3.2. A disciplina jurídica do Orçamento e sua evolução
4. A nova lei de enquadramento orçamental e, em especial, a articulação do Orçamento do Estado com os restantes orçamentos públicos
5. Natureza jurídica do Orçamento

Capítulo II

Das regras orçamentais em especial

1. As regras orçamentais clássicas
2. Regras orçamentais clássicas e finanças neutras
3. A actualidade das regras orçamentais
4. Da regra da plenitude em especial
 - 4.1. Plenitude Versus desorçamentação
 - 4.2. As consequências financeiras da desorçamentação
 - 4.3. O regresso à plenitude orçamental
 - 4.4. Orçamento do Estado e orçamentos autónomos
 - 4.5. Breve referência aos vários subsectores públicos
5. Da regra do equilíbrio orçamental em especial
 - 5.1. Equilíbrio orçamental, equilíbrio financeiro e equilíbrio económico
 - 5.2. A evolução dos critérios de equilíbrio orçamental
 - 5.3. O equilíbrio orçamental numa perspectiva histórica
 - 5.4. Os efeitos do défice orçamental
 - 5.5. Défice orçamental e compromissos externos
6. As novas regras de estabilidade orçamental
7. A consolidação orçamental

Capítulo III

Conteúdo do Orçamento

1. A estrutura formal do Orçamento
 - 1.1. O articulado
 - 1.2. Os mapas
2. Problemas do articulado
 - 2.1. Em especial os “cavaleiros orçamentais” e as autorizações ao Governo
 - 2.2. As medidas de política fiscal

Capítulo IV

Preparação e Aprovação do Orçamento

1. A competência para a preparação do Orçamento
2. Critérios de preparação orçamental
3. A integração entre Orçamento e planificação
4. O papel do Ministério das Finanças
5. A informação ao Parlamento
6. A votação do Orçamento
7. Poderes da Assembleia da República e procedimentos de votação
8. O atraso na aprovação do Orçamento
9. As vinculações externas do Orçamento
10. A Lei de Estabilidade Orçamental

Capítulo V

Execução orçamental

1. Aspectos gerais
2. O regime da contabilidade pública
3. Princípios de execução do orçamento de despesas
4. Princípios de execução do orçamento de receitas
5. As alterações orçamentais
6. A Fiscalização da execução orçamental. Remissão

Capítulo VI

Controlo e Responsabilização Financeira

Secção I

Controlo Interno e Controlo Externo

1. Razões da autonomização do capítulo
2. O controlo financeiro como desenvolvimento da tradicional fiscalização financeira
3. As tentativas de integrar o controlo financeiro numa função autónoma do Estado, ou de autonomizar a função de controlo financeiro
4. Sentido e extensão do controlo financeiro
5. A importância das experiências estrangeiras
6. O sistema nacional de controlo financeiro
 - 6.1. Controlo interno. Critérios e órgãos
 - 6.2. O Conselho Coordenador do Sistema de Controlo Interno
 - 6.3. O controlo externo
7. Do controlo externo em especial
 - 7.1. Sistemas de controlo externo

Secção II

Do Tribunal de Contas em Especial

1. O Tribunal de Contas. Aspectos gerais
2. Breve resenha histórica
3. O Tribunal de Contas, a Constituição de 1976 e a legislação subsequente
4. A fiscalização prévia
5. A fiscalização concomitante
6. A fiscalização sucessiva
7. O parecer sobre a Conta Geral do Estado em especial
8. Responsabilidade financeira
 - 8.1. Importância e problemas
 - 8.2. Modalidades de responsabilidade financeira
9. Outras formas de responsabilização
10. A criminalização das irregularidades financeiras e a problemática da corrupção